

O lógico

Santiago Alcázar

Resumo. A COP-30 é o tema de fundo. O TFFF é o assunto do dia. Trata-se de iniciativa para manter a floresta em pé, que vale muito mais que o se pode fazer a partir do desflorestamento. É uma evidência científica que as florestas são cruciais para a redução do efeito estufa. O problema é a lógica do financiamento, amarrada ao sistema financeiro internacional, o mesmo que produziu o estado do mundo que preocupa a todos. A lógica do sistema financeiro é incompatível com o ideal do Fundo. Dois personagens fictício dialogam sobre o assunto, descobrindo inconsistências

José Carlos é um lógico. Fez filosofia na PUC, tendo se especializado em filosofia da linguagem e lógica matemática. Fez Doutorado em Gotemburgo, onde defendeu obscura tese que lhe custou os miolos, dizem alguns que o conheciam de antes. Hoje, não trabalha mais na área, mas continua preso a essa forma de pensar excessivamente estrita. Contam que certa vez um amigo lhe confidenciou que andava namorando uma moça de olhos bonitos. Em seu jeito peculiar, JC perguntou se os dois eram bonitos, porque às vezes dizer que duas flores ou maçãs são bonitas não leva em consideração que uma costuma ser mais bonita que a outra. E continuou assim até exaurir completamente o seu amigo. Ele é assim, lógico, e não há nada que se possa fazer.

Marcos é diferente. É um estudioso das relações internacionais e tem trânsito com as fontes de informação. Procura manter-se informado. Lê jornais, vê canais de notícias, ouve podcasts e conversa com pessoas que compartilham com ele os mesmos interesses. Marcos não sabe nada de Gödel, Frege, Wittgenstein ou Tarski, mas conhece muito bem o Sistema Nações Unidas, a linguagem dos acordos e das resoluções onusianas e a situação internacional. Curiosamente, tem inexplicável antipatia por uma figura da cena internacional que ele identifica com um *Gremlin*. Como é natural, está muito ligado em tudo que diga respeito à COP em Belém, terra do tacacá, da maniçoba, do círio e do tumultuado Ver-o-Peso.

Como sempre, José Carlos e Marcos encontram-se em um dos tantos cafés que a cidade oferece. Sentam-se na mesa próxima à janela, chamam o garçom e fazem os seus pedidos. Expresso para um, macchiato para o outro e dois copos d'água.

Como sempre, Marcos inicia a conversa com um tema de sua preferência. Seria muito arriscado deixar que José Carlos começasse com acrobacias mentais que espantaria ou adormeceria ao instante qualquer um que sofresse de insônia aguda.

M – Você está acompanhando a COP?

JC – Não.

M – Por que não? É o assunto do momento. O país inteiro só fala nisso.

JC – Há inconsistências e você sabe como elas me incomodam.

M – Onde estão as inconsistências?

JC – Dizem que as regras de procedimento para a implementação do Acordo de Paris já foram todas acordadas. Não há mais nada a negociar, portanto. Agora, como disse o Secretário-Geral da ONU, é implementar, implementar, implementar.

M – Sim, correto, mas onde estão as inconsistências?

JC – O objetivo central do Acordo de Paris não é a redução da emissão de gases de efeito estufa, de modo a evitar o aumento global de temperatura?

M – Há outros objetivos, como por exemplo a adaptação.

JC – A adaptação é necessária enquanto a mitigação não for realizada. Depois, ela e todo o resto tornam-se irrelevantes. Por esse motivo, ela e o que vem atado a ela não podem ser objetivo do Acordo de Paris, a menos que não se queira alcançar a efetiva redução da emissão de gases de efeito estufa.

M – Parece lógico, mas não é um pouco estrito demais, como buscar pelo em ovo?

JC – Se deixarmos a lógica de lado, qualquer coisa valerá, inclusive o caos. De qualquer modo, mitigação, adaptação e o resto precisam de financiamento. Não se pode fazer nada sem financiamento.

M – É lógico, mas isso está previsto. O financiamento é um dos capítulos do Acordo de Paris.

JC – Mas é precisamente aí onde se encontram as inconsistências.

M – Como assim?

JC – A mudança de clima, o aquecimento global e todo o resto são como peças de um quebra cabeça sobre o estado do mundo. Como nada pode ser feito sem financiamento é lógico pensar que todas as peças do estado do mundo são produto do financiamento.

M – Do jeito que você retrata, é um pouco desconcertante, mas creio que é isso mesmo. Em todo caso, como nada pode ser feito sem financiamento é preciso buscar novas formas de financiamento que corrijam as distorções do quebra cabeça que nos trouxe até aqui. Financiamento do bem, em oposição a financiamento do mal, se você quiser. O financiamento em si é neutro.

JC – Não é neutro, é de uso dual. Pode ser usado para o bem ou para o mal, mas não é neutro. O financiamento somente se realiza na ação e aí já se fez a escolha. Por isso não pode ser neutro.

As críticas ao sistema financeiro internacional vêm de longa data. O Banco Mundial e o FMI, as duas instituições referências no estabelecimento das normas que orientam o fluxo financeiro internacional, foram resultado de um esforço coletivo e apolítico direcionado à reconstrução da economia do mundo após a II Guerra. Pouco tempo durou esse espírito desprendido. A Guerra Fria foi ocasião para direcionar aquelas duas instituições no sentido da expansão do capitalismo face à alegada ameaça da União Soviética. Tratava-se em realidade de promover por meio daquelas instituições os interesses dos EUA. Essa particularidade marcou de maneira indelével os respectivos processos de decisão. O desequilíbrio na governança do Banco Mundial e do FMI é uma das críticas importantes. Outra crítica relevante é a série de condicionantes que solicitam para obter apoio. Esses condicionantes referem-se tipicamente a ajuste fiscal, desmonte de leis trabalhistas, privatizações, cortes nas políticas sociais,

especialmente as de saúde e de educação. Ademais dessas prescrições amargas, o país solicitante deve abrir a sua economia, garantir isenções e manter baixo os impostos às grandes corporações. É evidente que essas recomendações viriam acompanhadas por declínio da atividade econômica, redução do consumo e dos investimentos em atividades essenciais, gerando crescente espiral de inequidade e injustiça social. Essa crítica tem que ser contrastada com a inclinação das duas instituições em beneficiar em primeiro lugar os seus acionistas, o que desvirtua o objetivo de atuarem como principais motores do desenvolvimento. O que mais choca, no entanto, é a proclamação de que elas não têm obrigações sob o regime internacional de direitos humanos, o que pode ser traduzido em português claro como o que importa é que o dinheiro emprestado seja devolvido custe o que custar. JC diria que essa desobrigação com os direitos humanos conduz inevitavelmente para uma política que favorece os que já estão no topo da pirâmide. É lógico, diria um cínico, afinal não são instituições de caridade.

Voltemos à questão climática, que é o que anima a conversa entre M e JC. *A mudança climática é resultado da maior falha de mercado que o mundo já viu*¹, disse Nicholas Stern, Economista Chefe do Banco Mundial, em 2007/2008. Que fez o Banco Mundial? Investiu em energia fóssil e continuou a fazê-lo após a conclusão do Acordo de Paris, em 2015. Para uma das duas instituições responsáveis pela fixação de normas e de guias de investimentos é, ao menos, curioso esse autismo institucional. É como se as decisões do Banco Mundial não tivessem nada a ver com as promessas inscritas no Acordo de Paris, nem com os direitos humanos.

Um dos grandes assuntos da COP-30 é o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, nas siglas em inglês). Trata-se de iniciativa brasileira de criar um fundo para manter as árvores em pé. *As florestas tropicais*, como disse o Presidente Lula no lançamento do Fundo, *cumprem função essencial para o enfrentamento à mudança climática. Elas retêm carbono, garantem fluxos hídricos e protegem a biodiversidade*. O Secretário-Geral da ONU, por sua vez, esclareceu que *O TFFF é um mecanismo para tornar as árvores em pé melhor negócio econômico do que a desflorestação*. A capacidade de absorção de CO₂ das árvores funciona como uma espécie de sumidouro para os gases de efeito estufa.

Governos, bancos de desenvolvimento e o setor privado devem unir-se nessa iniciativa inovadora de investimento para a proteção e conservação das florestas tropicais. O TFFF pretende levantar US\$ 125 bilhões em investimentos; US\$ 25 bilhões de governos e US\$ 100 bilhões de investidores privados. Observe-se que primeiro entra o capital público, o dos impostos. Os recursos dos governos são destinados a absorver riscos, cobrir eventuais perdas e servir como estímulo para que o setor privado invista os outros US\$ 100 bilhões, se a coisa for, a um tempo, segura e interessante, claro.

O TFFF foi concebido para receber financiamento para a manutenção das florestas. Esse financiamento virá dos lucros das apostas feitas no mercado de capitais com os US\$ 125 bilhões. Dinheiro não cai do céu, então deve-se apostar no mercado de capitais. Há sempre a preocupação de investir em ações ou títulos ou papéis que garantam retornos interessantes e seguros. E aqui reside possivelmente outra fonte de inconsistências potenciais. O pagamento do retorno obedece a uma hierarquia sacrossanta. Paga-se primeiro aos investidores, depois aos governos e, por último, ao Fundo. Observe-se que, assim, o TFFF serve primeiro aos investidores, não às florestas. Por isso dizem os seus promotores que se trata de um bom negócio. Claro, mas deveria ser sobretudo um primeiro passo para transformar o sistema financeiro internacional

¹ <https://www.theguardian.com/environment/2007/nov/29/climatechange.carbonemissions>

que, pelo visto, não será tocado. O estado do mundo, recorde-se, é produto desse sistema perverso.

Em que o TFFF pretende investir? A pergunta é pertinente porque investir em algo que tenha impacto negativo sobre aquilo que o Fundo defende seria inconsistente. O que acontece se o retorno, sujeito a alterações de mercado, crise, guerra, catástrofe, encolher? A hierarquia de pagamentos seguirá intacta, uma vez que ela é sacrossanta. O Banco Mundial terá a responsabilidade de administrar o Fundo. Como até o momento, ele não alinhou as suas políticas com os objetivos de desenvolvimento sustentável, que incluem aqueles da Convenção-Quadro sobre Clima e o Acordo de Paris, entre outros, é um pouco difícil imaginar que por arte de mágica abandone práticas que favorecem mais aos que estão no topo e menos aos que estão na base da pirâmide. O Banco Mundial é parte dos problemas que nos trouxeram até aqui. Elevá-lo à categoria de parte das soluções parece algo ambicioso, senão naif. Subsídios governamentais e investimento privados em combustíveis fósseis somam US\$ 7 trilhões por ano². Será que o Banco Mundial participa desse despautério obscuro?

Em 4 de novembro, teve início a II Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Humano, em Doha³. A I Cúpula, como se recordará, realizou-se em 1995, em Copenhague. Foi um momento de clareza moral, como disse o Secretário-Geral da ONU. De forma surpreendente, os líderes reconheceram naquela ocasião que desenvolvimento significa dignidade humana e justiça social, como se essa obviedade estivesse obnubilada pela lógica da Guerra Fria, que terminara pouco antes. Seja como for, os líderes abriram os olhos e promoveram ações levadas a cabo por amplo espectro da sociedade. Desde então, mais de um bilhão de pessoas deixaram a pobreza extrema. O desemprego global diminuiu consideravelmente. O acesso à saúde, à educação e à proteção social expandiu-se. As pessoas hoje vivem mais e as duas mortalidades terríveis, a materna e a infantil, declinaram expressivamente.

A II Cúpula realiza-se sob o signo da incerteza, de conflitos e de indizível sofrimento humano. Importante parcela da população do mundo experimenta fome, pobreza, discriminação e desemprego. A Guerra na Ucrânia pode escalar. O desastre do povo palestino frente ao Governo de Netanyahu é pendência moral aguda que tem que ser resolvida. Os países em desenvolvimento não estão recebendo o apoio que precisam para cumprir as metas de desenvolvimento, nem as suas obrigações junto ao Acordo de Paris. E o mundo, como um todo, está se movendo muito devagar para mitigar os efeitos destrutivos do aquecimento planetário.

Um no cravo, outro na ferradura. A obra nunca fica pronta, como a Catedral de Antonio Gaudi, em Barcelona. Mas, ao menos, se avança, a passo de caranguejo. É o milagre da vida resistindo a todos os entraves. É o caminho do multilateralismo, a melhor opção para seguirmos em frente, sem deixar ninguém para trás.

M – De onde conseguir US\$ 1,3 trilhão para pagar a conta?

JC – Comemos e bebemos tudo isso?

M – Não, meu velho, esse é o número necessário para financiar as ações de clima. Muito se tem falado e pouco se tem feito. Agora é o momento de fazer. Ações, ações, ações. Ou implementação, implementação, implementação, como disse Antônio Guterres.

² <https://brasil.un.org/pt-br/255373-us-7-trilhões-são-investidos-por-ano-em-atividades-que-têm-um-impacto-negativo-na-natureza>

³ <https://social.desa.un.org/world-summit-2025>

JC – Parole, parole, parole, como cantava maravilhosamente Dalida em parceria com Alain Delon.

M – Que inferno! Paga a conta e vamos embora. Ainda tenho coisas a fazer antes de ir para casa.

Marcos pagou a conta que o garçom lhe apresentou com sorriso amigo. Antes de se levantar, José Carlos olhou para a mesa ao lado onde duas moças conversavam animadas. José Carlos reparou que uma delas tinha olhos bonitos, os dois. Então é possível, concluiu. Com isso ficou satisfeito que o amigo não havia exagerado com os predicados da namorada. Levantaram-se, despediram-se e caminharam em direções opostas. Tacacá, maniçoba. COP-30 em Belém. O Brasil é um país extraordinário. Vai dar certo.